



Aos Administradores e aos Acionistas da
Alubar Energia S.A.
Fortaleza - CE

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Alubar Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas” as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Alubar Energia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

1. A Companhia mantinha registrado investimento de R\$ 1.896 mil em 31 de dezembro de 2015, relativo a participação de 75% na controlada Alubar Embuaca Energia Eólica S.A., que apresentava patrimônio líquido negativo de R\$ 107 mil naquela data. A Companhia não efetuou o cálculo de equivalência patrimonial, que implicaria na redução deste investimento a zero, nem constituiu a provisão adicional para passivo a descoberto de sua controlada em 2015. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, conforme nota explicativa nº 16, a Companhia efetuou ajuste de exercícios anteriores no montante de R\$ 1.976 mil diretamente no patrimônio líquido. Esta prática não está aderente com a norma contábil CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, que determina a reapresentação das demonstrações financeiras de exercícios anteriores para a retificação de erros de anos anteriores. Consequentemente, nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente incluiu modificação em decorrência do efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes.

2. Conforme mencionado na nota explicativa nº 23 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava um total de receita operacional líquida no montante de R\$ 26.009 mil em sua demonstração de resultado individual e consolidada. A Companhia registrou receitas de prestação de serviços fora do período de competência, já que está reconhecendo as referidas receitas apenas no momento da aprovação do cliente para as medições de custos incorridos, o que contraria o CPC 30 (R1) - Receitas, que estabelece que a receita de prestação de serviços deve ser reconhecida tomando por base o estágio de execução da transação ao término do período

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1

de reporte. Consequentemente, o saldo do contas a receber de clientes e a receita operacional líquida estão a menor em R\$ 5.837 mil, líquido de efeitos tributários.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

temente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 19 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Eliardo Araújo Lopes Vieira
Contador CRC SP-241582/O-1 T-CE

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (EM MILHARES DE REAIS)

Ativos	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	9	10.345	623	10.256	582
Contas a receber de clientes	10	1.168	245	1.168	245
Serviços em andamento	11	329	533	329	533
Adiantamento a fornecedores	12	706	985	706	985
Dividendos a receber	13	782	524	782	524
Pagamentos antecipados		231	103	231	103
Impostos a recuperar	14	2.044	2.046	2.044	2.045
Total do ativo circulante		15.605	5.059	15.516	5.018
Outras contas a receber	12	-	717	-	717
Pagamentos antecipados		99	-	99	-
Empréstimos - mútuos	15	6	-	230	105
Investimentos	16	27.685	26.456	27.685	28.352
Imobilizado		177	171	177	171
Total do ativo não circulante		27.967	27.344	28.191	29.345
Total do ativo		43.572	32.403	43.707	34.364

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivos	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015
Fornecedores	17	2.876	350	2.873	342
Empréstimos e financiamentos bancários	18	2.943	-	2.943	-
Obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias	19	3.029	3.345	3.029	3.344
Dividendos a pagar	21	1.404	2.424	1.404	2.424
Adiantamento de clientes	20	76	33	76	33
Outras provisões		433	317	433	317
Total do passivo circulante		10.761	6.469	10.758	6.460
Provisão para perda com investimento	16	-	-	157	-
Empréstimos e financiamentos bancários	19	1.180	-	1.180	-
Empréstimos mútuos	15	13.547	17.307	13.472	17.272
Total do passivo não circulante		14.727	17.307	14.809	17.272
Patrimônio líquido	21				
Capital social		2.188	250	2.188	250
Reserva legal		346	50	346	50
Reserva de lucros		15.606	11.112	15.606	11.112
Prejuízos acumulados		-	(780)	-	(780)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		18.140	10.632	18.140	10.632
Participação de não controladores		(56)	(2.005)	-	-
Total do patrimônio líquido		18.084	8.627	18.140	10.632
Total do passivo e do patrimônio líquido		43.572	32.403	43.707	34.364